

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

TERMO DE CONVÊNIO Nº 020/2018

TERMO DE CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE CELEBRAM ENTRE SI, O **MUNICÍPIO DE SUZANO** E A **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO**, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL Nº 4.224, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2008, CONFORME PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PROTOCOLADO SOB O Nº 01.007/2018, DE 16/01/2018, INDEPENDENTEMENTE DA OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, COM LASTRO NA LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. **SMS**

Pelo presente instrumento o Município de Suzano, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.056/0001-21, com sede na Rua Baruel, nº 501, nesta cidade e Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, **LUIS CLAUDIO ROCHA GUILLAUMON**, doravante simplesmente denominado **MUNICÍPIO** e a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO**, pessoa jurídica de direito privado, natureza filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.261.998/0001-19, com sede na Avenida Antônio Marques Figueira, nº 1.861, Vila Figueira, neste Município, com seus estatutos sociais devidamente arquivados sob nº 46.052, 28/12/2006, no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Interventor, **ROSVALDO CID CURY**, brasileiro, viúvo, médico, portador do RG. n.º 268.491/SSP/SP, CPF nº 386.862.108-30, residente e domiciliado na Rua Portugal Freixo, nº 222, nesta cidade e Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, doravante simplesmente designada **CONVENIADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis nº 8.080/90 e 8.142/90, a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e, principalmente a Lei Municipal nº 4.224/08, têm entre si, justo e acordado, o presente Convênio de assistência integral à saúde, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto a execução, pela **CONVENIADA**, de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra referência do **Sistema Único de Saúde – SUS**, sem prejuízo da observância do sistema regulador de urgências/emergências quando for o caso.

- 1.1.1. Os serviços ora conveniados encontram-se discriminados no **ANEXO I** colacionado ao presente, que integra o presente convênio, para todos os efeitos legais.
- 1.1.2. Os serviços ora conveniados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde do **MUNICÍPIO** e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros do SUS.
- 1.1.3. Os serviços ora conveniados compreendem a utilização, pelos usuários do SUS/SP, da capacidade instalada da **CONVENIADA**, incluídos os equipamentos médico-hospitalares, de modo que a utilização desses equipamentos para atender clientela particular, incluída a proveniente de convênios com Entidades Privadas será permitida desde que mantida a disponibilidade de sua utilização em favor da clientela universalizada em, pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos leitos ou serviços prestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPÉCIES DE INTERNAÇÃO

2.1. Para atender ao objeto deste convênio, a **CONVENIADA** se obriga a realizar duas espécies de internação:

- 2.1.1. Internação eletiva; e
- 2.1.2. Internação de emergência ou de urgência.

2.2. A internação eletiva somente será efetuada pela **CONVENIADA** mediante a apresentação de laudo médico autorizado por profissional do SUS, ou da respectiva Autorização de Internação Hospitalar.

2.3. A internação de emergência ou de urgência será efetuada pela **CONVENIADA** com a autorização do Secretário Municipal de Saúde, ou a quem este delegar, sem a exigência prévia de apresentação de qualquer documento.

2.4. Nas situações de urgência ou de emergência o médico da **CONVENIADA** procederá ao exame do paciente e avaliará a necessidade de internação, emitindo laudo médico que será enviado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, ao órgão competente do SUS para autorização de emissão de AIH (Autorização de Internação Hospitalar), também no prazo de 2 (dois) dias úteis.

2.5. Na ocorrência de dúvida, ouvir-se-á a **CONVENIADA** no prazo de 2 (dois) dias úteis, emitindo-se parecer conclusivo em 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPÉCIES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

3.1. Para o cumprimento do objeto deste convênio, a **CONVENIADA** se obriga a oferecer ao paciente os recursos necessários ao seu atendimento, conforme discriminação abaixo:

3.1.1. Assistência médico-ambulatorial.

3.1.1.1. atendimento médico, por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área, incluindo os de rotina, urgência ou emergência, compreendendo os enumerados no **ANEXO I**, mencionado na Cláusula Primeira;

3.1.1.2. assistência social;

3.1.1.3. atendimento odontológico, quando disponível;

3.1.1.4. assistência farmacêutica, de enfermagem, de nutrição, e outras, quando indicadas.

3.1.2. Assistência técnico-profissional e hospitalar:

3.1.2.1. todos os recursos disponíveis, na instituição conveniada, de diagnóstico e tratamento necessários ao atendimento dos usuários do SUS;

3.1.2.2. encargos profissionais (incluindo plantonistas) e nosocomiais necessários;

3.1.2.3. utilização de sala de cirurgia e de material e serviços do centro cirúrgico e instalações correlatas;

3.1.2.4. medicamentos receitados e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;

3.1.2.5. serviços de enfermagem;

3.1.2.6. serviços gerais;

3.1.2.7. fornecimento de roupa hospitalar;

3.1.2.8. alimentação com observância das dietas prescritas; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

3.1.2.9. procedimentos especiais, como hemodiálise, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, endoscopia, e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando sua complexidade.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

4.1. Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da **CONVENIADA** e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3, do item 4.2, desta cláusula, são admitidos nas dependências da **CONVENIADA** para prestar serviços.

4.2. Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento **CONVENIADO**:

- 4.2.1. o membro de seu corpo clínico;
- 4.2.2. o profissional que tenha vínculo de emprego com a **CONVENIADA**;
- 4.2.3. o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à **CONVENIADA** ou, se por esta autorizado.

4.3. Equipara-se ao profissional autônomo definido no item 4.2.3, acima, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.

4.4. No tocante à internação e ao acompanhamento do paciente, serão cumpridas as seguintes normas:

- 4.4.1. os pacientes serão internados em enfermaria ou quarto com o número máximo de leitos previsto nas normas técnicas para hospitais;
- 4.4.2. é vedada a cobrança por serviços médicos, hospitalares e outros complementares da assistência devida ao paciente;
- 4.4.3. a **CONVENIADA** responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste convênio;
- 4.4.4. nas internações de crianças, adolescentes e pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, é assegurada a presença de acompanhante, em tempo integral, no hospital, podendo a **CONVENIADA** acrescer à conta hospitalar as diárias do acompanhante, correspondentes ao alojamento e alimentação.

4.5. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo **MUNICÍPIO** sobre a execução do objeto deste convênio, os **CONVENIENTES** reconhecem a prerrogativa de controle e auditoria nos termos da legislação vigente, pelos órgãos gestores do SUS, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida à **CONVENIADA**.

4.6. É de responsabilidade exclusiva e integral da **CONVENIADA** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o **MUNICÍPIO** ou para o Ministério da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

4.7. A **CONVENIADA** se obriga a informar, diariamente, ao **MUNICÍPIO**, o número de vagas de internação disponíveis, a fim de manter atualizado o sistema de regulação do SUS.

4.8. A **CONVENIADA** fica obrigada a internar paciente, no limite dos leitos conveniados, ainda que, por falta ocasional de leito vago em enfermaria, tenha a entidade **CONVENIADA** de acomodar o paciente em instalação de nível superior à ajustada neste convênio, sem direito a cobrança de sobre preço.

4.9. A **CONVENIADA** fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de paciente, amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a **90 (noventa) dias** no pagamento devido pelo Poder Público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

CLÁUSULA QUINTA: OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

5.1. A **CONVENIADA** ainda se obriga a:

- 5.1.1. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- 5.1.2. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 5.1.3. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 5.1.4. Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 5.1.5. Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio;
- 5.1.6. Permitir a visita ao paciente do SUS internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 2 (duas) horas;
- 5.1.7. Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 5.1.8. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 5.1.9. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- 5.1.10. Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso;
- 5.1.11. Manter em pleno funcionamento Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, Comissão de Análise de Óbitos, Comissão de Revisão de Prontuários, Comissão de Ética Médica e Comissão Intra-Hospitalar de Transplantes;
- 5.1.12. Instalar, no prazo previsto para cada caso, qualquer outra comissão que venha a ser criada por lei ou norma infra-legal, independentemente de notificação pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.1.13. Notificar o **MUNICÍPIO**, de eventual alteração de seus Estatutos ou de sua Diretoria, enviando-lhe, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos; e
- 5.1.14. A **CONVENIADA** fica obrigada a fornecer, ao paciente, relatório do atendimento prestado, com os seguintes dados:
 - 5.1.14.1. Nome do paciente;
 - 5.1.14.2. Nome do hospital;
 - 5.1.14.3. Localidade (Estado/Município);
 - 5.1.14.4. Motivo da internação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

- 5.1.14.5. Data da internação;
- 5.1.14.6. Data da alta;
- 5.1.14.7. Tipo de Órtese, Prótese, material e Procedimentos Especiais utilizados, quando for o caso e
- 5.1.14.8. Diagnóstico pelo Código Internacional de Doenças (CID) na versão vigente à época da alta.
- 5.1.14.9. O cabeçalho do documento conterá o seguinte esclarecimento: *"Esta conta será paga pelo SUS, com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título"*.
- 5.1.15. A conveniada fica obrigada a cumprir o disposto no plano operativo, discriminado no Anexo I, que integra o presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONVENIADA

6.1. A **CONVENIADA** é responsável pela indenização do dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à **CONVENIADA** o direito de regresso.

6.2. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste convênio pelos órgãos competentes do SUS e do **MUNICÍPIO** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONVENIADA** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação existente.

6.3. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

7.1. A **CONVENIADA** receberá mensalmente os recursos para cobertura dos serviços, observando-se as metas quantitativas e qualitativas descritas no plano operativo anexo. Os recursos, provenientes do Fundo Nacional de Saúde e do Tesouro Municipal, serão repassados mensalmente, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, na seguinte conformidade:

ÁREA / ORIGEM	MENSAL	ANUAL
MAC (Média e Alta Complexidade)	R\$ 891.373,62	R\$ 10.696.483,44
REDE CEGONHA	R\$ 170.051,76	R\$ 2.040.621,12
IAC (Incentivo de Apoio a Contratualização)	R\$ 420.688,46	R\$ 5.048.261,52
Rede de Urgência e Emergência	R\$ 35.180,16	R\$ 422.161,92
COMPLEMENTO À TABELA SUS (Contrapartida do Município)	R\$ 822.842,09	R\$ 9.874.105,08
TOTAL	R\$ 2.340.136,09	R\$ 28.081.633,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

7.2. O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos de Alta Complexidade e Ações Estratégicas, será repassado à **CONVENIADA**, a posteriori (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira), de acordo com a produção mensal e o termo de compromisso de garantia de acesso aprovada pela SMS/SES/CIB, até o limite de transferência do Fundo Nacional de Saúde, respeitado, similarmente, o limite estadual para as modalidades.

7.3. Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre a conveniente e a conveniada, mediante a celebração de Termo Aditivo, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, os mesmos serão provenientes da área denominada Teto da Média e Alta Complexidade do Município, que engloba, também, os recursos provenientes do Fundo Nacional de Saúde.

7.4. A **CONVENIADA** obriga-se a apresentar as informações regulares do SIA e do SIH / SUS, ou outros sistemas porventura implantados pelo Ministério da Saúde, solicitados pelo **MUNICÍPIO**.

7.5. O **MUNICÍPIO** poderá aumentar o teto financeiro deste **CONVÊNIO** na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS e/ou habilitar novo serviço com o respectivo aporte de recursos.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas dos serviços realizados por força deste Convênio correrão, no presente exercício, à conta da dotação: **01.0990.10302.1000.2003.3.3.50.39.00**, sendo que durante os primeiros (12) meses, o valor mensal de **R\$ 1.517.294,00 (um milhão, quinhentos e dezessete mil, duzentos e noventa e quatro reais)**, refere-se aos repasses do Fundo Nacional de Saúde e o valor mensal de **R\$ 822.842,09 (oitocentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e nove centavos)**, refere-se ao recurso do tesouro, a título de contrapartida municipal.

8.2. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos nos orçamentos da Prefeitura Municipal de Suzano e do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA NONA: DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O preço estipulado neste convênio será pago mensalmente através de depósito dos recursos na conta bancária indicada pela **CONVENIADA**, após crédito na conta bancária do Fundo Municipal de Saúde pelo Fundo Nacional de Saúde.

9.1.1. A **CONVENIADA** apresentará ao **MUNICÍPIO**, no mês subsequente ao recebimento do recurso, as faturas e os documentos referentes aos serviços conveniados efetivamente prestados e as diferenças, se houver, serão acertadas no pagamento seguinte.

9.1.2. Os laudos referentes à internação serão obrigatoriamente visados pelos órgãos competentes do SUS;

9.1.3. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue, à **CONVENIADA**, recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do **MUNICÍPIO**, com aposição do respectivo carimbo funcional;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

- 9.1.4. Na hipótese de o **MUNICÍPIO** não proceder à entrega dos documentos de autorização de internação até o dia da saída do paciente, o prazo será contado a partir da data do recebimento, pela **CONVENIADA**, dos citados documentos, do qual se dará recibo, assinado ou rubricado, com aposição do respectivo carimbo;
- 9.1.5. As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, serão devolvidas à **CONVENIADA** para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original, devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;
- 9.1.6. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do **MUNICÍPIO**, este garantirá à **CONVENIADA** o pagamento, no prazo avençado neste Convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando o Ministério da Saúde exonerado do pagamento de multa e sanções financeiras;
- 9.1.7. As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

10.1. O não cumprimento pelo **MINISTÉRIO DA SAÚDE** da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste convênio não transfere para o **MUNICÍPIO** a obrigação de pagar os serviços ora conveniados, os quais são de responsabilidade do **MINISTÉRIO DA SAÚDE** para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, a verificação do movimento das internações e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

11.2. Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

11.3. Anualmente, o **MUNICÍPIO** vistoriará as instalações da **CONVENIADA** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas da **CONVENIADA**, comprovadas por ocasião da assinatura deste convênio.

11.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da **CONVENIADA** poderá ensejar a não prorrogação deste convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

11.5. A fiscalização exercida pelo **MUNICÍPIO** sobre os serviços ora conveniados não eximirá a **CONVENIADA** da sua plena responsabilidade perante o **MINISTÉRIO DA SAÚDE/PREFEITURA** ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do convênio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

11.6. A **CONVENIADA** facilitará, ao **MUNICÍPIO**, o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **MUNICÍPIO** designados para tal fim.

11.7. Em qualquer hipótese é assegurado à **CONVENIADA** amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos e o direito à interposição de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A inobservância, pela **CONVENIADA**, de cláusula ou obrigação constante deste convênio, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Secretaria Municipal de Saúde, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no parágrafo 2º do artigo 7º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.286/93, ou seja:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

12.1.4. Multa a ser cobrada segundo os termos da Resolução SS nº 46 de 10 de abril de 2002 ou seu sucedâneo.

12.2. A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificado a **CONVENIADA**.

12.3. As sanções previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a fixada no item 12.1.4.

12.4. Da aplicação das penalidades a **CONVENIADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação, para interpor recurso dirigido diretamente ao Prefeito Municipal.

12.5. O valor da multa que vier a ser aplicada, será comunicado à **CONVENIADA** e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO** à **CONVENIADA**, garantindo a esta o pleno direito de defesa em processo regular.

12.6. A imposição de qualquer das sanções estipuladas, nesta cláusula, não ilidirá o direito do **MUNICÍPIO** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, e/ou ética do autor do fato.

12.7. A violação ao disposto nos incisos 4.4.2 e 4.4.3, da Cláusula Quarta deste convênio, sujeitará a **CONVENIADA** às sanções previstas neste artigo, ficando o **MUNICÍPIO** autorizado a reter, do montante devido à **CONVENIADA**, o valor indevidamente cobrado, para fins

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

de ressarcimento do usuário do Sistema Único de Saúde, por via administrativa, sem prejuízo do disposto no item 12.5 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO

13.1. A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

13.2. A **CONVENIADA** reconhece os direitos do **MUNICÍPIO**, em caso de rescisão administrativa prevista no parágrafo primeiro do artigo 79 da Lei Federal nº 8666/93, alterada pela Lei Federal nº 8883/94.

13.3. Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão. Se, neste prazo, a **CONVENIADA** negligenciar a prestação dos serviços ora conveniados a multa poderá ser duplicada.

13.4. Poderá, a **CONVENIADA**, rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento, pelo Ministério da Saúde, ou pelo **MUNICÍPIO**, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Ministério da Saúde. Caberá à **CONVENIADA** notificar o **MUNICÍPIO**, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando do fim da prestação dos serviços conveniados no prazo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento da notificação.

13.5. Em caso de rescisão do presente convênio por parte do **MUNICÍPIO** não caberá à **CONVENIADA** direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS PROCESSUAIS

14.1. Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste convênio, ou de sua rescisão, praticados pelo **MUNICÍPIO**, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

14.2. Da decisão do Senhor Prefeito que rescindir o presente convênio cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO VALOR ATRIBUÍDO AO TERMO CONVENIAL

15.1. Para todos os efeitos legais, dá-se o valor total estimativo de R\$ 140.408.165,40 (cento e quarenta milhões, quatrocentos e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) ao presente instrumento, sendo R\$ 91.037.640,00 (noventa e um milhões, trinta e sete mil, seiscentos e quarenta reais), a ser repassado pelo Fundo Nacional de Saúde e R\$ 49.370.525,40 (quarenta e nove milhões, trezentos e setenta mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos) da parte cabente ao **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

16.1. O prazo total de vigência do presente convênio será de 60 (sessenta) meses, contados a partir de 25/02/2018, prorrogado anualmente por termo aditivo.

16.2. A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do convênio, estipulado no item 16.1, acima, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Ministério da Saúde.

16.3. Anualmente a conveniada renovará o plano operativo, procedendo à revisão das metas e dos valores financeiros alocados ao convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

17.1. Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitação e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. O setor competente do **MUNICÍPIO** providenciará a publicação do extrato do presente instrumento, dentro do prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de SUZANO, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio e que não seja solucionada pelas partes de forma amigável e na esfera administrativa, ainda que outro concorra em competência, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com as CLAUSULAS e condições ajustadas, firmam o presente termo de Convênio em quatro (4) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Suzano, 23 de fevereiro de 2018.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

MUNICÍPIO DE SUZANO-SP
LUIS CLAUDIO ROCHA GUILLAUMON
Secretário Municipal de Saúde
MUNICÍPIO

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO
ROSVALDO CID CURY
Interventor
INSTITUIÇÃO

Testemunhas:

1. 
Celina Rumiko Shimizu
RG: 28.438.996-1-SSP/SP

2. 
Gisele Campos de Oliveira
RG: 27.784.450-2-SSP/SP